

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

20/04 a 05/05/2023



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAs), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAs, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAs, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAs e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAs e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Silva da Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;

Josué de Brito Chaves - Estagiário; e

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAs-PA.

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Camila Veloso e Daniela da Silva

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAs

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAs; Biblioteca/SEMAs

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br

www.semas.pa.gov.br



ÍNDICE

**LEGISLAÇÕES FEDERAIS RELEVANTES PARA A
POLÍTICA CLIMÁTICA E DE MEIO AMBIENTE**

06

**LEGISLAÇÕES ESTADUAIS RELEVANTES PARA A
POLÍTICA CLIMÁTICA E DE MEIO AMBIENTE**

10

NORMAS EM DESTAQUE

12

FIQUE DE OLHO

14

NEL INDICA

15

SEMAS NA MÍDIA

16

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 05/05/2023



NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR



LEGIS SEMAS

Nesta edição comemorativa de número 100 do LEGIS SEMAS, desenvolvemos uma "Linha do Tempo", com o objetivo de demonstrar as evoluções que o informativo teve desde sua criação, em abril de 2019. O LEGIS SEMAS é resultado do trabalho da equipe do Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, que diariamente realiza o monitoramento dos atos normativos publicados na União, no Estado e no Município, juntamente com os setores parceiros: ASCOM e Biblioteca, que a partir desta edição passa a contribuir com as indicações da seção "NEL Indica".

No que se refere ao monitoramento de publicações, destaca-se, em âmbito Federal, a criação da Lei nº 14.553, de 20 de abril de 2023, que altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho. Assim como, a publicação da Medida Provisória nº 1.172, de 1º de maio de 2023, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023.

Já na esfera Estadual, O Governo do Estado do Pará publicou a Lei nº 9.899, de 2 de maio de 2023, que dispõe sobre a criação da nova Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF). Ainda no âmbito do Estado, têm-se como "Norma em Destaque", a publicação da Lei nº 9.898, de 28 de abril de 2023, que dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso para um destino ambiental adequado através de logística reversa, indicando estabelecimentos comerciais para o descarte de forma adequada. Nesta edição não foram publicados atos municipais de relevância e interesse da Secretaria.

Além dos monitoramentos legislativos, o LEGIS SEMAS possui uma categoria chamada "Produções do NEL", a qual é dividida em: FIQUE DE OLHO, NEL INDICA e SEMAS NA MÍDIA. Nesta edição, na sessão "Fique de Olho", indicamos 75 (setenta e cinco) oportunidades de cursos gratuitos oferecidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias (EMBRAPA), bem como a realização da II Conferência de Mineração e Sustentabilidade do Estado do Pará, a ser realizada no dia 18 de maio de 2023.

No "NEL Indica", sugerimos a leitura do livro "Excelência no Secretariado", disponível para empréstimo na Biblioteca da SEMAS. Por fim, no "SEMAS na mídia", destacamos a viagem do Secretário Mauro Ó' de Almeida para Nova York, Estados Unidos, junto com o Secretrário Adjunto Raul Protázio Romão, na qual foram apresentados os projetos de relevância implementados pelo Estado nos últimos 4 anos.

Aproveitamos para agradecer aos leitores do LEGIS SEMAS, a gestão da SEMAS e aos setores parceiros que nos auxiliam a entregar este informativo cada vez mais completo e com conteúdos atualizados e relevantes!

Boa Leitura!
Equipe Nel

LINHA DO TEMPO

**ABRIL
2019**

**1º
EDIÇÃO**



O LEGIS SEMAS é um informativo periódico que foi desenvolvido com o objetivo de divulgar, quinzenalmente, as normas mais recentes e relevantes publicadas, bem como as alterações legislativas ambientais e administrativas.

Ao longo do processo de construção desse produto, o layout e o conteúdo foram aperfeiçoados.

**36º
EDIÇÃO**



CURIOSIDADE

O LEGIS SEMAS, desde o princípio, contou com a seção "FIQUE DE OLHO".

**100º
EDIÇÃO**



Atualmente, o **LEGIS SEMAS** é composto pela seção de normas Federais, Estaduais e Municipais, seguida das seções de indicações "FIQUE DE OLHO" e "NEL INDICA".

Nesse delineado, segue com a exposição de um painel referente à "NORMA EM DESTAQUE" da Edição, o qual é seguido das seções "NEL NA MÍDIA" e "SEMAS EM DESTAQUE".

**58º
EDIÇÃO**



Essa edição, além de novo layout, também contou com a nova seção "NEL INDICA".



Inserção da seção "NEL NA MÍDIA", e "NEL EM DESTAQUE".

**86º
EDIÇÃO**

**99º
EDIÇÃO**



Criação da seção "SEMAS NA MÍDIA", a fim de destacar a atuação da Secretaria e do Governo do Estado na pauta ambiental.



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: [HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL](https://www.in.gov.br/leiturajornal)



NORMAS FEDERAIS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.172, DE 1º DE MAIO DE 2023. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023.

LEI Nº 14.553, DE 20 DE ABRIL DE 2023. Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.

LEI Nº 14.554, DE 20 DE ABRIL DE 2023. Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para flexibilizar e aprimorar as condições de contratação e de renegociação das operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), ampliar o prazo para a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), facilitar o fomento à ciência e tecnologia e aprimorar o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); e revoga dispositivos das Leis nºs 14.115, de 29 de dezembro de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 14.257, de 1º de dezembro de 2021.

LEI Nº 14.555, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional.

DECRETO Nº 11.498, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais.

DECRETO Nº 11.502, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de buscar alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara.

DECRETO Nº 11.509, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

DECRETO Nº 11.510, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Institui o Comitê Interministerial de Coordenação, Planejamento e Acompanhamento das Ações de Desintrusão de Terras Indígenas.

DECRETO Nº 11.511, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho para Mitigação e Reparação dos Efeitos do Tráfico de Drogas sobre as Populações Indígenas.

DECRETO Nº 11.512, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta de Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens.

DECRETO Nº 11.518, DE 4 DE MAIO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.991, de 11 de março de 2022, que institui o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 e o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas.

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 100, DE 20 DE ABRIL DE 2023. Estabelece as diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de fortalecer e consolidar o controle social na Política Nacional de Assistência Social.

RESOLUÇÃO ANA Nº 153, DE 26 DE ABRIL DE 2023. Institui o "Pacto pela Governança da Água", coordenado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e desenvolvido em parceria com as Unidades da Federação.

RESOLUÇÃO SF Nº 6, DE 2023. É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/SEMAD/IEF/IGAM Nº 152, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Institui a Comissão Gestora do Programa Produtor de Água - Nascentes do São Francisco.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3/GABIN/ICMBIO, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Estabelece e regulamenta a apreensão e destinação de bens apreendidos pelo ICMBio em razão da prática de infração ambiental.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MGI Nº 1.370, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com a finalidade de elaborar orientações, diretrizes, subsídios e contribuições para o desenvolvimento de ações que aperfeiçoem a implementação da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

PORTARIA ANA Nº 445, DE 18 DE ABRIL DE 2023. Institui Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão - CAV celebrados entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e as entidades delegatárias das funções de Agências de Águas.

PORTARIA MJSP Nº 358, DE 24 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Secretaria-Geral da Presidência da República, para ações interagências na Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Estado do Pará.

PORTARIA MMAMC/IBAMA Nº 94, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Institui, no âmbito das Superintendências do Ibama, a Equipe Técnica de Fiscalização de Comércio Exterior - Efex, com a finalidade de integrar e apoiar os processos internos de gestão da fiscalização ambiental de atividades de comércio exterior de competência da Ibama

PORTARIA MMAMC/IBAMA Nº 95, DE 19 DE ABRIL DE 2023. Estabelece a utilização de procedimento operacional padrão para emissão de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) referente à gestão integrada do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e cadastros técnicos distrital e estaduais, incluindo os procedimentos para recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) e das Taxas de Fiscalização Ambiental (TFA) do Distrito Federal e dos estados.

PORTARIA SDA Nº 792, DE 20 DE ABRIL DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para importação de flores de corte de flor-de-cera (*chamaelaucium uncinatum* e *chamaelaucium megalopetalum*), produzidas na República do Peru.

PORTARIA MMAMA/IBAMA Nº 98, DE 20 DE ABRIL DE 2023. Submete a Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa de alteração da Instrução Normativa Ibama nº 22, de 22 de dezembro de 2021, que regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP).

PORTARIA MAPA Nº 579, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Institui a Câmara Temática de Modernização do Crédito e Instrumentos de Gestão de Risco do Agronegócio vinculada ao Conselho Nacional de Política Agrícola.

PORTARIA MIDR Nº 1.533, DE 27 DE ABRIL DE 2023. Estabelece as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional para os exercícios de 2022 e 2023, bem como para integração com a política de Incentivos Fiscais.

PORTARIA MIDR Nº 1.534, DE 27 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre os objetivos, as metas e os indicadores da política pública fomentada pelos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e dispõe sobre o órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação da política.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 3, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Altera o art. 7º, 10, 11 e 12 da Portaria nº 221, de 8 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece as regras de ordenamento, monitoramento e controle da pesca, do transporte, do processamento, do armazenamento e da comercialização da lagosta-vermelha (*Panulirus argus*), lagosta-verde (*Panulirus laevicauda*) e lagosta-pintada (*Panulirus echinatus*).

PORTARIA MIDR Nº 1.562, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Bom Jesus do Tocantins - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 1.575, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MAPA Nº 580, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Estabelece as diretrizes para a seleção de adidos agrícolas junto a Representações Diplomáticas Brasileiras no exterior.

PORTARIA MDA Nº 5, DE 2 DE MAIO DE 2023. Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo, e dá outras providências.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SDA Nº 794, DE 2 DE MAIO DE 2023. Disponibilizar o Manual Técnico do Plano Plurianual do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - PPA-SUASA.

PORTARIA CONJUNTA SDA/MAPA - IBAMA - ANVISA Nº 1, DE 10 DE ABRIL DE 2023. Estabelece procedimentos a serem adotados para o registro de produtos microbiológicos empregados no controle de pragas ou como desfolhantes, dessecantes, estimuladores, inibidores de crescimento, além de revogar os atos normativos vigentes, pertinentes à esta matéria: Instrução Normativa Conjunta Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/Anvisa/Ibama nº 03 de 10 de março de 2006 e o Ato CGAA/DSV/SDA nº 06, de 23 de janeiro de 2014.

PORTARIA MMA/IBAMA Nº 102, DE 26 DE ABRIL DE 2023. Aprova o Regimento Interno da Comissão de Gestão do Teletrabalho - Cogest do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

PORTARIA MMA/ICMBIO Nº 1.392, DE 3 DE MAIO DE 2023. Altera a Portaria nº 1039, de 29 de novembro de 2018, que define os critérios, as políticas e as diretrizes do Fundo de Compensação Ambiental - FCA.

PORTARIA MDA Nº 5, DE 4 DE MAIO DE 2023. Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo, e dá outras providências.

37 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: [HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR](https://www.ioepa.com.br)



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.894, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Institui a Campanha de Orientação e Conscientização sobre a Depressão Pós-Parto, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 9.895, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Denomina o novo Terminal Hidroviário de Prainha, de Terminal Hidroviário Sérgio Pingarilho.

LEI Nº 9.898, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso para um destino ambiental adequado através de logística reversa.

LEI Nº 9.899, DE 2 DE MAIO DE 2023. Dispõe sobre a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF).

DECRETO Nº 3.032, DE 20 DE ABRIL DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 2.938, de 10 de março de 2023.

DECRETO Nº 3.043, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Altera o Decreto nº 2.462, de 29 de junho de 2022, que Convoca a 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.044, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 012/2023-GPMSAGA, de 22 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de São Geraldo do Araguaia, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

DECRETO Nº 3.045, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 021/2023 de 26 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Viseu, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.046, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 40/2023, de 06 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Mojuí dos Campos, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

DECRETO Nº 3.054, DE 2 DE MAIO DE 2023. Altera dispositivos o Decreto nº 2.854, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

DECRETO Nº 3.047, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 087 de 21 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Belterra, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

DECRETO Nº 3.048, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Homologa o Decreto nº 739/2023, de 04 de abril de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Alenquer, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.037, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 2.939, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional; e altera o Decreto Estadual nº 2.940, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 3.058, DE 3 DE MAIO DE 2023. Homologa o Decreto Executivo nº 012/2023, de 03 de abril de 2023, editado pela Prefeita Municipal de Moju, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.059, DE 3 DE MAIO DE 2023. Homologa o Decreto nº 013, de 20 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Itupiranga, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.060, DE 3 DE MAIO DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 024, de 15 de abril de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Ourém, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.061, DE 3 DE MAIO DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 073 de 05 de abril de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Medicilândia, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.062, DE 3 DE MAIO DE 2023. Homologa o Decreto nº 409/2023, de 03 de abril de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Ipixuna do Pará, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

DECRETO Nº 3.063, DE 3 DE MAIO DE 2023. Homologa o DECRETO/GAB Nº 740/2023, de 29 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Nova Ipixuna, que declara “situação de emergência”, em virtude das chuvas intensas.

PORTARIA SEMAS Nº 733 DE 24 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a delegação de competência dos atos administrativos relacionados à gestão financeira da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.

PORTARIA SEMAS Nº 734 DE 24 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a delegação de competência dos atos relacionados à gestão administrativa e à gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.

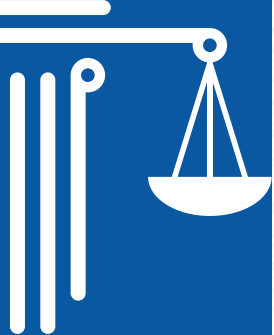
PORTARIA SEMAS Nº 793, DE 03 DE MAIO DE 2023. Destituir e nomear representantes da Unidade de Coordenação do Projeto “Combate ao desmatamento no estado do Pará”, instituído pela Portaria SEMAS nº 1359, de 30 de agosto de 2019 e revogar a Portaria SEMAS nº 3.188, de 29 de dezembro de 2022.

PORTARIA Nº 00805/2023 – GAB/SEMAS, DE 04 DE MAIO DE 2023. A SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a PORTARIA Nº 734/2023-GAB/SEMAS, de 24 de abril de 2023, publicada no DOE nº 35.376, de 26 de abril de 2023, e de acordo com Art. 3º, IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474 de agosto de 2002 c/c Decreto Estadual nº 2.069 de 20 de fevereiro de 2006 e Decreto Estadual nº 967 de 14 de maio de 2008, RESOLVE:

PORTARIA IDEFLOR-BIO Nº. 210 DE 04 DE MAIO DE 2023. Conselho Gestor do Parque Estadual do Utinga “Camillo Vianna” Renova o Conselho Gestor do Parque Estadual do Utinga “Camillo Vianna” e nomeia seus membros para exercício do mandato biênio maio /2023 a maio/2025.

24 ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS





NORMA EM DESTAQUE

LEI ESTADUAL Nº 9.898, DE 28 DE ABRIL DE 2023

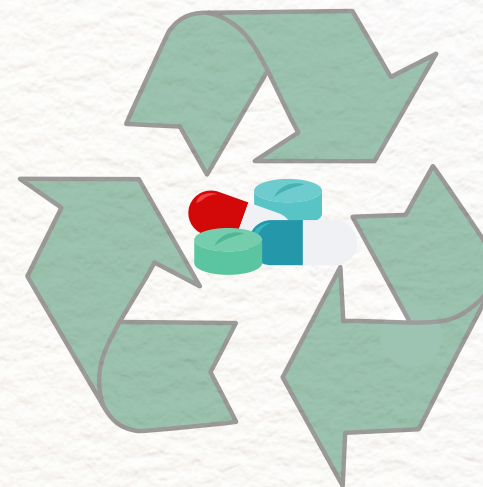
A Lei nº 9.898, de 28 de abril, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 02 de maio, dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso para um destino ambiental adequado através de logística reversa.

A normativa passa obrigar as drogarias e farmácias, inclusive de uso não humano e manipulação, as indústrias, fabricantes, manipuladoras, importadoras, distribuidoras, comércio varejista de medicamentos, hospitais particulares da rede pública e postos de saúde, a receber o consumidor que desejar dar o descarte adequado para medicamentos vencidos ou em desuso.

Descarte adequado

A Lei também trouxe no seu art 2º, o uso do descartômetro (dispensador contentor) para a realização do descarte correto dos materiais, devendo este:

- I - ser constituído de material compatível com a natureza e as propriedades do resíduo a ser acondicionado;
- II - possuir dispositivo de vedação de forma a não possibilitar o vazamento durante o manuseio e transporte; e
- III - conter placa acima dos recipientes com frase indicativa para o descarte.



Confira a norma na íntegra
clikando [aqui](#) 



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



EMBRAPA OFERTA 75 CURSOS GRATUITOS ONLINE

A empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, está ofertando 75 cursos online de forma gratuita. Para conquistar o certificado de participação, os usuários deverão atender aos requisitos definidos para cada capacitação.

[Para saber mais, clique aqui.](#) 



II CONFERÊNCIA DE MINERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ

A segunda Conferência de Mineração e Sustentabilidade do Estado do Pará é um evento realizado pela comissão de assuntos minerários da OAB-PA, com o objetivo levar conhecimento e mais informações sobre a atividade minerária no Estado do Pará com foco na sustentabilidade e meio ambiente.

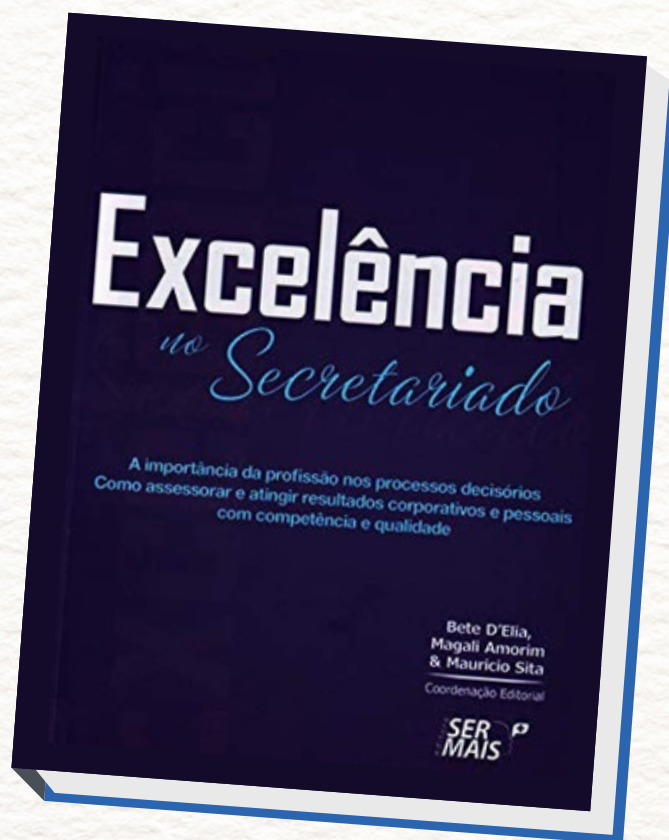
[Para se inscrever, clique aqui.](#) 

Inscrições online até 18/05/2023



NEL INDICA

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



**DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO
NA BIBLIOTECA DA SEMAS**

Excelência no Secretariado traduz o perfil do atual profissional de secretariado, que tem consciência da sua importância no cenário corporativo e sabe da necessidade do contínuo aprendizado, de forma compatível com as demandas do mercado globalizado e dos desafios presentes no cotidiano.

O livro conta com profissionais atuantes da categoria, de mestres da educação e da capacitação, representantes das entidades de classe e de importantes consultores, que aderiram ao objetivo de elaborar uma obra singular, para orgulho do Secretariado e de todos que ostentam a sua bandeira com profissionalismo e paixão.

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.



Em Nova Iorque, Pará apresenta modelo de Desenvolvimento Sustentável e anuncia recebimento de US\$ 5 milhões

O governo do Estado do Pará, representado pelo Secretário de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mauro O' de Almeida e pelo Secretário adjunto de Clima, Recursos Hídricos e Serviços Ambientais, Raul Protázio Romão, teve a oportunidade de apresentar os projetos de relevância implementados pelo Estado nos últimos 4 anos.

A Política Estadual sobre Mudanças do Clima, passando pelo Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e o Plano Estadual de Bioeconomia, que já estão em execução enfatizando um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que envolve economia, pessoas e floresta viva.

Destacado também o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa que tem por objetivo restaurar 5.400 milhões de hectares até 2030, fortalecendo o objetivo da neutralização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), prevista no PEAA, até 2036.

Durante o evento foi anunciada a captação de US\$ 5 milhões pela Organização Não Governamental Internacional Re-wild, que serão destinados ao Pará. "O valor será revertido na implementação de áreas protegidas e outros serviços no Estado do Pará", informou Mauro O'de Almeida.



[Para conferir a notícia na íntegra, clique aqui.](#)



Fonte: Agência Pará



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br